

Objetividade e Subjetividade na construção da disciplina história no Brasil: os casos Piragibi e Isoldi

Mariana Sant'Ana Fioravanti de Almeida¹

Resumo

Este texto apresenta os resultados de uma investigação em andamento sobre o tema da relação objetividade-subjetividade em manuais de introdução à História, produzidos no Brasil a segunda e terceira décadas do século XX, no estado de São Paulo. Empregos técnicos e categorias da história dos conceitos de corte cabridgiano – sobretudo a ideia de “contexto linguístico”, examinamos os sentidos expressos pelos historiadores Roberto Piragibe da Fonseca e Francisco Isoldi – ambos envolvidos com o ensino superior de história, respectivamente, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e na Faculdade Livre de Filosofia e Letras São Paulo – nos impressos de propedêutica da história divulgados entre 1931 e 1945. A pesquisa se insere em um amplo projeto, desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília que explora, entre outros objetivos, o lugar dos historiadores brasileiros no processo de transnacionalização do método histórico e seu respectivo desdobramento; a formação de uma comunidade internacional de historiadores, tal como afirma Rohloff Torshtental. Com esse empreendimento, pretendemos inventariar os significados do par objetividade-subjetividade, bem como categorias e estratégias sugeridas para o cumprimento da almejada objetividade histórica, mediante o trabalho com as fontes.

Palavras chave

Objetividade; método histórico; crítica histórica.

É lugar comum, entre os historiadores, afirmar que objetividade é a negação da subjetividade. Para cientistas da história da ciência, a compreensão dessa complementaridade trouxe algumas variações metafóricamente equivalentes na tentativa de separar características intrinsecamente definidoras. Os usos da palavra objetividade datam desde a Antiguidade Clássica, segundo Lorraine Daston e Peter Galison (2007). Esses autores argumentam que em meados do século XIX, a objetividade foi promovida

¹ Mestranda na Universidade de Brasília financiada pela Capes.

a *status* de vocabulário científico. As eras da modernidade e do iluminismo da ciência engendram em sua origem o controle do conhecimento, criação e disseminação fora dos auspícios de oficiais religiosos. Como indicado, cientistas moveram para novas formas de assegurar a verdade em suas descobertas e experimentos adotando métodos que poderiam ser replicados e escrutinados pelos respectivos pares. Objetividade, para Daston e Galison, assumiu a função instrutiva, quando cientistas começaram a refletir mais seriamente a respeito de qual era o obstáculo mais significativo para o desenvolvimento do conhecimento científico. Então, concluíram que eram eles próprios. A objetividade, em si mesma, teve de ser formulada em morais, significados e práticas humanas diferentes, para se adequar as diferentes expectativas ao novo significado da palavra.

Doravante, apropriando-se da perspectiva histórica crítica de Foucault – Daston e Galison relacionam objetividade a virtudes epistêmicas associadas com áreas do saber específicas. Nas palavras dos autores, virtudes epistêmicas são “Norms that internalized and enforced by appeal to ethical values, as well as to pragmatic efficacy in securing knowledge.”² Contudo, não são apenas os valores que mudam, a prática científica também sofre mudanças e as diferentes concepções relacionadas ao significado de objetividade são asseguradas pelos cientistas.

No caso da história como disciplina, no Brasil, objetividade é uma virtude epistêmica que aparece no inventário de exigências para a profissionalidade, sobretudo nos textos de História da historiografia e nos tratados de teoria da História, mesmo que seja na posição de objeto a ser criticado. Capistrano de Abreu, Joaquim Nabuco, Manoel Bonfim e José Honório Rodrigues foram objeto de crítica para a História da historiografia.

Capistrano de Abreu foi um dos primeiros grandes historiadores brasileiros a escrever acerca dos antecedentes indígenas da terra *brasilis* e seus descobridores, os conflitos iniciais nas tentativas de colonização, o sistema de capitanias hereditárias, as guerras

² Normas são internalizadas e reforçadas respondendo ao apelo dos valores éticos bem como a eficácia pragmática de legitimar o conhecimento. DASTON; GALISON (2007, p. 40)

contra os franceses, espanhóis e holandeses, a descoberta das minas, a ocupação do interior (sertão) e a formação das fronteiras do território brasileiro.

Joaquim Nabuco – em sua obra *Escravidão* – disserta a respeito da alta porcentagem de mortes de negros quando houve a viagem para os portos das três Américas, constatação já observada pelo conde João Maurício de Nassau. Nesse sentido, Nabuco faz longo estudo relacionado à abolição do tráfico no Brasil, detendo-se na lei “bill Aberdeen” dando opinião na controvérsia entre as razões da soberania brasileira contra o ato e as razões da Inglaterra em sua campanha contra o Brasil. É importante ressaltar ainda, a presença de Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo na história da luta contra a escravidão em terras do Brasil, desde a república dos Palmares até os revolucionários pernambucanos de 1817.

Manoel Bonfim ao se dedicar ao magistério e aos estudos sociológicos legou à cultura brasileira importante obra intelectual. A vasta produção de Bonfim inclui *O Brasil na América* (1929), *O Brasil na História* (1930) e *Cultura e educação ao povo brasileiro* (1931). Os livros historiográficos são considerados pioneiros na aplicação do materialismo para análise do passado brasileiro. Dedicou-se também aos estudos de psicologia, e acerca do assunto escreveu, entre outros títulos: *O fato psíquico* (1904), *Noções de Psicologia* (1916), *Pensar e dizer: estudos do símbolo e do pensamento* (1923) e *Métodos do teste: com aplicações à linguagem de ensino primário* (1928). Como teve vasta experiência pedagógica, produziu diversos livros didáticos destinados ao curso primário e ao ensino médio. Entre eles podemos citar: *Compêndio de Zoologia Geral* (1902), *Lições e leituras: livro do mestre* (1922) e *Crianças e homens* (1922).

José Honório Rodrigues ocupa posição especial na historiografia brasileira tendo em vista ter sido o pesquisador que mais se dedicou ao ensino de História, no exame da produção de livros de História, e, da mesma forma, quem mais cultivou e contribuiu para o desenvolvimento dessa ciência. Rodrigues foi autor de vários livros de História, relativos a assuntos, acontecimentos ou figuras marcantes da trajetória nacional.

Apesar de bastante discutida nesses dois gêneros historiográficos, foi nos manuais de introdução à História que o par objetividade-subjetividade recebeu mais atenção. No Brasil, dezoito (18) iniciativas do tipo foram empreendidas, desde o início da História na Primeira República.

Itamar Freitas elaborou acerca das 18 iniciativas na perspectiva da formação do historiador e exemplifica tal relação em manuais de Introdução à História, produzidos no século XIX, na Alemanha e na França. Países cujas concepções de história – historicismo e cientificismo – foram introduzidas na disciplina fundamental; Introdução aos Estudos Históricos.

Para Freitas, o tema ensino de História tem seus primeiros exemplares na segunda metade do século XIX nas obras Grundriss der historik de Johan Gustav Droysen (1858), Lhrbuch de historischen Méthode und der Geschichtsphilosophie, de Ernest Bernheim [1895] e a Introduction aux études historiques, de Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos (1898).

Estes três manuais apresentam as regras necessárias ou o reconhecimento do historiador no contexto da formação científica. A ideia chave de Droysen (1808-1884) para a formação das virtudes epistêmicas era o historicismo – conceito de compreensão. Os procedimentos metodológicos foram sistematizados, possibilitando o uso dos procedimentos empregados pela historiografia do período, produzindo uma epistemologia para a história.

O método proposto pelo autor alemão era tripartite. Na primeira componente haviam: o objeto material (sistemática) e o antiquariado; legado do passado. O ofício do historiador era a compreensão, via investigação. A segunda parte eram os procedimentos, isto é, a metódica (organização das fontes), a crítica (autenticidade) e a interpretação (compreensão). O terceiro item era a escrita propriamente dita, chamada de tópica,

designaria formas de exposição histórica. As formas poderiam ser investigativa, narrativa, didática e discursiva.

Droysen pretendia validar a História para além do estudo do acontecimento. Estudava a relevância, as relações com outros acontecimentos a respeito do homem, as limitações e competências da tarefa da História e do historiador com intuito de definir a imagem de História para outras ciências. Nessa perspectiva, o ensino de História na escola é diagnosticado como forma inferior e subalterna de História. A relação entre o ensino dessa disciplina com a formação do historiador que Freitas extrai da leitura de Droysen é de História como elemento de humanização. A cultura como substância histórica “constrói identidades e orienta a intervenção no real, visando o aperfeiçoamento humano. Nas duas dimensões, presente e futuro, o ensino e a aprendizagem da história estão presentes.

Charles Victor Langlois (1863-1929) e Charles Seignobos (1854-1945) escreveram um ensaio referente ao método das ciências históricas; a partir das aulas ministradas na Sorbonne aos iniciantes do curso de História em 1896/1897. *Introduction aux études historiques* também contemplava discussões epistemológicas e orientações metódicas relativas à operação histórica: análise (crítica externa e interna) e síntese (agrupamento dos fatos e exposição).

Para o caso brasileiro, há quatro manuais de introdução à história do Brasil questionando como se configurava o ensino de História nas primeiras décadas da República Brasileira. A resposta para essa questão elenca uma bibliografia da Didática, resumida entre finalidades, conteúdos, formas de avaliação da disciplina Escolar da História, investigação do ensino de História, estratégias de ensino, História temática, currículos, diversidade cultural, livro didático, aprendizagem, produção do conhecimento histórico, memória, identidade, educação patrimonial (estratégias de ensino) e formação de professores.

A fragilidade das estratégias de ensino contemporânea decorre da insuficiente reflexão a respeito das relações epistemológicas entre as disciplinas História, Psicologia educacional e Pedagogia. Os problemas de descontinuidade de pesquisa, fontes dispersas e as dificuldades de compor um texto fazem parte da história de ensino. Apesar das adversidades, Freitas (2010, p. 09) propõe uma alternativa “um quadro do ensino de História nas cinco primeiras décadas do período republicano, que por sua vez poderá transformar-se em alternativa à medida que outros períodos forem desvelados”.

Dois desses autores nos chamaram a atenção, exatamente pelo momento em que suas obras foram produzidas – no início da instalação dos cursos superiores do Brasil.

Em 1934, o primeiro curso superior de História do Brasil foi institucionalizado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. No ano seguinte foi a vez da Universidade do Distrito Federal (UDF), que mais tarde (1939) seria reestruturado na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) da Universidade do Brasil, a contemporânea Universidade do Rio de Janeiro. Os cursos foram fundados por singularidades locais, entretanto, estavam aliados a projetos políticos mais amplos de cada região. Os cursos foram definidos de forma integrada à geografia, à exceção do curso da UDF, a separação dos cursos superiores – História e Geografia – viria a partir de 1955, com a Lei nº 2.594. (SILVA, 2011, p. 286)

De acordo com Silva (2011), o governo dos anos 1930 preocupou-se com a formação de elite intelectualmente mais sofisticada. A propósito desse objetivo, formatou modelo de sistema educativo laico, conduzindo-se da capital para o interior do país.

Distintivamente do curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, o departamento de História do Distrito Federal (UDF) – originado pelo Decreto Municipal nº. 5.513, de 1935, assinado pelo prefeito Pedro Ernesto – foi fundado como independente do Curso de Geografia. (SILVA, 2011)

Os dois novos cursos, agora Geografia e História, foi firmado em três anos em 1939, sendo ampliado para quatro anos e, 1946. As disciplinas mudaram de nomenclatura oficial e passaram a ser chamadas de História da Civilização no Brasil e História da América, alteração que desvela a orientação de Vargas no sentido de enaltecer a história política nacional com o engrandecimento dos grandes personagens da memória nacional. A nova configuração separava as disciplinas de formação pedagógica, antes concentradas apenas na Faculdade de Filosofia, após a conclusão das cadeiras obrigatórias, possibilitando aos alunos da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da USP, duas opções na formação: bacharel e licenciado. (SILVA, 2011, p. 297)

Conforme leciona Silva (2011), muito distinto do curso de História da UDF, o curso de Geografia e História da FNF*i* era muito marcado pela noção de história social da civilização. As organizações curriculares que os cursos da FNF*i* e da USP articularam ainda iam permanecer por muito tempo no Brasil; serviriam de estímulo para muitos cursos pelo Brasil afora na década de 1930 e nas posteriores. Muitos desses cursos foram criados por estados e municípios e depois incorporados por universidade federais ou estaduais, exatamente antes que os primeiros manuais produzidos por franceses e portugueses fossem empregados como texto propedêutico nas faculdades de filosofia.

Essa iniciativa nacional, e também o seu desconhecimento por parte das histórias da historiografia brasileira, como também a vinculação ao projeto coletivo citado, desenvolvido junto a outros colegas, que exploram a Alemanha, Argentina e Itália, nos levaram a elaborar essa proposta de pesquisa e executá-la no período 2015-2016. Vejamos um pouco dos dois principais personagens dessa empreitada.

Francisco Isoldi é nome de rua na Vila Madalena em São Paulo, todavia, não há nenhuma referência a respeito deste senhor na Wikipédia em português. O italiano natural de Polla província de Salerno, chegou ao Brasil em 1919, fez os estudos em Roma e Nápoles, onde exerceu o magistério. Migrando para São Paulo, participou da Sociedade de Filosofia e Letras de São Paulo em 1930 e é considerado um dos fundadores da

Universidade de São Paulo (USP). Dentro da USP, Isoldi lecionou grego entre 1935 e 1937³. No início da sua estadia na cidade, ministrava aulas sobre Dante Alighieri em São Paulo no Instituto Médio Dante Alighieri (IMDA), colégio de ensino do magistério secundário e superior, residindo com seu irmão Dante Isoldi no bairro paulistano Jardins.

Francisco Isoldi, interessou-se por epigrafia, orientou os leitores acerca do estudo das inscrições antigas forjadas em matérias resistentes, além de ocupar-se com as sociedades e o primeiro Instituto Histórico Italiano ⁴. Essas habilidades o levaram também ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, sendo também sócio correspondente da R. Deputazione Romana di Storia Patria e colaborador da Sociedade Muratoriana da cidade de Roma. Seu trabalho de escritura é marcado pela ênfase na introdução ao ensino da história e também na crítica histórica. Entre os citados, destacamos o manual História da filosofia, em coautoria com Getúlio De Paula Santos, 1928, História de São Paulo (195) e o artigo “A importância da cultura de humanidade nas escolas” (1985). De maior relevância, entretanto, foram as Preleções de Introdução à História e Crítica Histórica (1932), resultante de aulas ministradas na Faculdade Paulista de Letras e Filosofia. Além disso, escreveu As Sociedades Históricas na Itália (1950).

Roberto Piragibe da Fonseca nasceu em 7 de agosto 1903 e formou-se pela faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro, fez doutorado pela mesma faculdade, com aprovação em concurso para a Cadeira de Direito Internacional Público, em 1939. Completando essa fase: em 1941, Doutor em

³ Os livros que tratam a respeito da História da Universidade de São Paulo (USP) costumam ter um parágrafo falando de Isoldi no contexto do nascimento da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), como em nesse livro disponível em:
<https://books.google.com.br/books?id=YnyaQqD1L0AC&pg=PA124&lpg=PA124&dq=francisco+isoldi+hist%C3%B3ria&source=bl&ots=KzKqFSP3jZ&sig=xI8-TBZV160P71FbQ_-KP7NzddqE&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwi5kLSYhIDLAhWME5AKHWjjAQ44FBD0AQgmMAI#v=onepage&q=francisco%20isoldi%20hist%C3%B3ria&f=false>. Acesso em: 18 mar. 2016.

⁴ As sociedades históricas italianas originaram o primeiro Instituto Histórico Italiano (25 de novembro de 1883) constituído pelos representantes das seis deputações e das cinco sociedades (mais tarde dez) e dos quatro membros de nomeação governamental. Disponível em:
<http://www.cchla.ufpb.br/ppgh/2010_mest_fabricio_alves.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2016.

História, como titular da Cadeira de Teoria da História em Faculdade de Filosofia, como titular na Cadeira no Curso de Formação de Professores Secundários de História. *Doutor honoris causa* em Ciências Econômicas, como titular da Cadeira Jurídica em Faculdade de Ciências Econômicas. Aos 36 anos de idade, integrou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1939-1986), foi professor da PUC-RJ, em 1960 criou a cátedra de Mitologia Grega e Latina, inexistente nas universidades brasileiras e escreveu alguns manuais a respeito de História: Breviário de Principiologia Jurídica: Introdução ao Estudo do Direito (1959), Curso de Instituições de Direito Público (1958), Manual da Teoria da História (1959), Manual de Teoria da História: Metafísica e Lógica da História (1967) e Breviário de Introdução à Ciência do Direito (1955).

Em seus escritos há uma ênfase na história militarista como A Ressurreição do Exército nacional por meio da reforma de 1908: fatos e inferências (Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1974), foi historiador militar e biógrafo do Marechal Deodoro da Fonseca e descreveu a fascinação de Rio-Branco pelas Forças Armadas e pela Esquadra de 1910. Na área de literatura, publicou Os Ouropeís d' "Os Sertões" (à margem de um artigo de igual título do senhor Candido Jucá Filho) (1937).

Como vimos, Isoldi foi importante ativista cultural no seu tempo. Junto a Benedicto Salgado, A. Bittencourt e J. Cruz de Costa, fundou a Sociedade de Filosofia e Letras **que**, posteriormente, seria a referida Faculdade Paulista de Letras e Filosofia. Envolveu-se, contudo, em rusgas políticas. Dante Isoldi, seu irmão, por exemplo, foi perseguido e afastado de seu cargo como professor no Instituto Médio Dante Alighieri por ser antifascista. Ambos – Francisco e Dante – por outro lado, influenciaram de forma significativa Miguel Reale a se tornar socialista⁵.

⁵ A vinda dos irmãos Isoldi ao Brasil é muito interessante. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=qO9FBAAAQBAJ&pg=PT16&lpg=PT16&dq=francisco+isoldi+hist%C3%B3ria&source=bl&ots=5com7OTOZX&sig=JwL-yhgyzR9zlb8HDmRHdxBOgYs&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwj7hovvg4DLAhUDIpAKHRsMCUU4ChDoAQhSMAk#v=onepage&q=francisco%20isoldi%20hist%C3%B3ria&f=false>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

Apesar da militância e da escrita de obras propedêuticas, Fonseca e Isoldi não encontraram muitos comentadores no Brasil. Apenas AIsoldi encontrou em Itamar Freitas uma breve avaliação de seu manual de propedêutica da História e também menções acerca do seu pensamento a respeito do formato do ensino secundário no Brasil, nos anos 20 do século passado.

Este trabalho tenta suprir essa lacuna na história da historiografia, da profissionalização e, principalmente, dos métodos de investigação histórica pensados e ou praticados no Brasil, na primeira década do século XX. As principais fontes são *Introdução à História e Crítica Histórica*, de Isoldi, e *Manual da Teoria da História: Metafísica e Lógica da História* de Fonseca. Com esses textos, queremos inventariar as questões levantadas pelos dois autores no que diz respeito à cientificidade da História. Em seguida, questionaremos acerca dos sentidos de objetividade, classificaremos e avaliaremos as alternativas sugeridas pelos dois autores nos seus respectivos escritos propedêuticos. Para tanto, é necessário apontar, brevemente, as teses dos mais recentes pesquisadores que se interessaram pelo tema da objetividade histórica, atitude que dará visibilidade ao lugar da nossa pesquisa no campo dos trabalhos do gênero.

Há quatro autores que se empenharam em estudos do tipo. Os primeiros estão ligados ao trabalho com história da ciência. Os três últimos são professores de história e têm se dedicado às questões de objetividade na história – e em sentido mais amplo – nas ciências sociais.

Daston e Galison, como citados anteriormente, fizeram o percurso da história da objetividade em *Objectivity*. Desde o surgimento da objetividade no meio do século XIX e suas variantes – verdade natural, objetividade mecânica e julgamento treinado. Desconstruindo as virtudes epistêmicas a partir de imagens do fazer científico. Os autores constroem um atlas dessas imagens e demonstram como cada uma delas é pensada para se encaixar na categoria verdade natural ou há um apagamento intencional de certas

incorrções em nome da objetividade na iniciativa de reforçar certo *ethos* bem como alguma desejada epistemologia.

Para Rüsen (1997, p. 79), racionalização moderna ou o processo de racionalização na modernidade, construíram o início da História, como parte do processo mental da representação dos passados na contemporaneidade. Objetividade – nesse transcurso – a fixação de um limite à interpretação histórica em tempo moderno assumiu a característica de história verdadeira.

Para Estevão C. de R. Martins, a objetividade do historiador seria uma mera função de seu conhecimento das consequências dos fatores que se apresentam a ele. Por outro lado, como sujeitos moralizantes, ao que se buscava no deveria ser, passaria a conhecer o que teria de ser.

Mark Bevir – a partir do questionamento de como acessamos uma sensação – costura um conceito de objetividade baseado no critério de comparação, não num passado dado. A natureza da nossa existência no mundo é para nos dar boa razão para fazer tais interpretações objetivas se movendo em direção da verdade entendida como um regulador ideal, ou seja, objetividade é um regulador ideal.

Bibliografia

Fontes

a) Primárias

FONSECA, Roberto P. da. *Manual da Teoria da História* (1959)

FONSECA, Roberto P. da. *Manual de Teoria da História: Metafísica e Lógica da História* (1967)

ISOLDI, Francisco. *Preleções de Introdução à História e Crítica Histórica* (1932)

ISOLDI, Francisco. *L'Écriture de la Chancellerie Impériale Romaine* (1948)

ISOLDI, Francisco. *As Sociedades Históricas na Itália* (1950)

b) Secundárias

Dissertações

FERREIRA, Janaína Nunes. *Cartografia das relações de saber/poder no ensino de história nas universidades públicas de Fortaleza*. In.: <http://www.uece.br/ppge/dmdocuments/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Jana%C3%A9Dna.pdf>. Acesso 15/10/2016.

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. *Que objetividade para a ciência história? O último Índio Brasileiro e a Revolução Francesa à luz da teoria da história*. In.: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/1076>. Acesso 15/10/2016.

Livros

ARRUDA, José Jobson. *Historiografia luso-brasileira contemporânea*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

FREITAS, Itamar. *História do Ensino de História no Brasil (1890-1945)*. Editora UFS – Universidade Federal de Sergipe/ Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2006.

FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

GOMES, Angela de Castro. *História e Historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

IGLÉSIAS, Francisco. *Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

LUCA, Tania Regina De... [et al.]. *O historiador e seu tempo: encontros com a história*. São Paulo: Editora UNESP: ANPUH, 2008.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das... [et al.]. *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

RIBEIRO, João. *Crítica*. Vol.VI. Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira de Letras, 1961.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 1: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

_____. *As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bonfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RODRIGUES, José Honório. *A Pesquisa Histórica no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1982.